

O que 'contém' o Protocolo de Cartagena em Curitiba

JOSÉ MARIA DA SILVEIRA

O Brasil vem sendo sede desde 13 de março, em Curitiba, do Protocolo de Cartagena (PCB). A reunião corresponde à terceira Conferência das Partes do Protocolo, chamada COP/MOP-3. Dela participam 132 países parte (entre eles Brasil, China, vários da União Européia e da América Latina e 37 da África), além de países observadores sem direito a voto. Trata-se portanto de uma convenção de países que se dispõem a internalizar suas regras, definidas nesses encontros (por enquanto anuais) e que devem ser por eles implementados. Aos países não-parte fica o ônus de aceitar as regras definidas pelo PCB toda vez que países importadores acharem que isto deva ocorrer.

O Protocolo de Cartagena é definido como um tratado sobre biossegurança que faz parte da Convenção sobre a Diversidade Biológica, RIO-92. Seus objetivos são amplos, mas a missão principal é a de estabelecer regras sobre o fluxo "transfronteiriço" (*sic*) de Organismos Vivos Modificados, os OVMs. Visa, entre outras coisas, gerar padrões para o transporte, manipulação, identificação e embalagem de OVMs, o que é tratado no artigo 18.2, especificamente no item "a", relativo à exportação de organismos modificados para posterior processamento visando alimentação animal e humana. O cuidado com organismos vivos deriva da possibilidade de multiplicação deste material no país de destino, criando preocupações com os possíveis impactos à biodiversidade e também à saúde humana e animal.

A questão assume grande interesse para o Brasil, grande exportador de cultivares transgênicos de



soja em grão. A grande polêmica, que vem desde meados de 2005 (da COP/MOP 2), refere-se justamente ao problema da identificação dos lotes de OVMs exportados. O Brasil, junto com a Nova Zelândia, aproveitando-se da justa exigência de consenso para definição de regras do PCB, contrariou a opinião dos países parte presentes, que sugeriam a mudança da expressão "pode conter" para "contém" OVMs, como parte do processo de identificação de cargas para exportação. A decisão foi deixada para a reunião seguinte, esta que ocorre agora em março.

Afinal, quais seriam as razões que levaram organizações representantes da sociedade civil¹, a lançar uma proposta de manutenção da expressão "pode conter", acompanhada da identificação em nota fiscal dos eventos aprovados para a comercialização pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBIO, além da explícita defesa do fortalecimento de um mecanismo de intermediação da informação em biossegurança²?

Por que representantes da agroecologia e de movimentos sociais – entre eles o Greenpeace, o MST e o IDEC – propuseram a mudança para "contém OVMs"? Por que tal

polarização ocorreria também no seio do governo brasileiro? Como duas expressões podem sugerir implicações tão relevantes para o futuro do país, sugerindo cuidado e precaução na decisão a ser tomada?

A resposta a essas perguntas é incrivelmente complexa e, portanto, fora do escopo deste artigo. O fato é que rapidamente as entidades representativas do agronegócio, da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico perceberam que a expressão "contém OVMs", criaria um potencial para a imposição de novas "Barreiras Técnicas ao Comércio".

Cabe resumir os pontos centrais que sustentaram esta percepção. Em primeiro lugar, a confusão feita inclusive pelo Ministério da Justiça do Brasil, entre identificação e rotulagem. O artigo 18.2.a, mencionado acima, trata de mercadorias que serão processadas no país de origem, não devendo, de forma alguma, serem utilizadas para pesquisa e menos ainda para plantio. Assim, a analogia com rótulos de alimentos processados é totalmente inadequada. A rotulagem fica ao cargo de quem utiliza a soja como matéria prima e não do exportador de soja.

Um segundo ponto: a aceitação da expressão "contém" levaria, logicamente, à pergunta: o que? Talvez sugerisse outra questão: quantos por cento de cada evento, na suposição de que no futuro mais de um evento possam estar presentes nos lotes padrões de amostra para identificação de OVMs.

O Brasil, isolado nas negociações por não contar com a participação direta de outros exportadores, como EUA, Argentina e Canadá que não aderiram ao Protocolo, aceitando a expressão "contém" teria desesperadamente que evitar que o PCB, utilizando a lógica que go-

Foto: Antoninho Perri



José Maria da Silveira é professor do Instituto de Economia (IE) da Unicamp

verna a idéia de preservação de identidade de alimentos, obrigasse os exportadores a identificar os OVMs no país por meio de um amplo sistema de rastreabilidade e segregação de *commodities* agrícolas. Aceitar "contém" nas atuais condições do Brasil, seria pouco prudente.

A demanda pela generalização do sistema de rastreabilidade e segregação da soja, desde a fazenda até os portos brasileiros, implicaria, em sua modalidade baseada em detecção, custos que variariam enormemente, dependendo da localização das lavouras e das logísticas de transporte e armazenamento envolvidas. Poderiam representar apenas 0.5% do valor de uma tonelada de grãos, para cultivares de soja tolerantes ao herbicida glifosato – em regiões próximas aos portos, cujos produtores não cultivam transgênicos em um amplo território. Todavia, os custos poderiam ser elevados, chegando a representar de 6% a 8% do valor da tonelada de soja, em regiões distantes, em que as cargas passariam por vários transbordos, por diferentes tipos de armazéns e por regiões "mistas", como se caracteriza a produção do

Centro-Oeste neste ano.

Em resumo, a expressão "contém", interpretada desta forma, implicaria privilegiar regiões, favorecer grandes exportadores e aumentar os custos de todos, além de contribuir para aumentar o déficit da capacidade de armazenamento e transporte da agricultura brasileira, estimado hoje em 15,5 milhões de toneladas/ano.

Finalmente, cabe perguntar, entre tantas questões, para quê? Para obter a mesma informação que a expressão "pode conter" forneceria a um custo muito menor, com muito menor burocracia e menos espaço para o oportunismo de nossos importadores.

¹ Entre elas, a Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, a Conferência Nacional da Agricultura – CNA, a Conferência Nacional da Indústria – CNI, Associação Brasileira de Óleos Vegetais – Abiove, organizações científicas como a Associação Nacional de Biossegurança – Anbio e Institutos de pesquisa como o Icone.

² A chamada *Biosafety Clearing House*, certamente a instituição mais importante do PCB, por centralizar e disponibilizar pela internet toda informação relevante sobre os organismos geneticamente modificados aprovados para comercialização, pesquisa e plantio, no mundo.

Cartas

■ O Mandarin 1

Nota 1.000 para essa série de reportagens que o **Jornal da Unicamp** está realizando sobre a história da Universidade. Esse resgate sobre a História tardia das Universidades no Brasil foi excelente. Mandeí a reportagem para vários colegas Brasil afora. Parabéns. Acho que isso poderia inclusive ter uma publicação especial, através de uma coletânea a ser colocada no *Jornal da Unicamp* ou algo assim. Muito obrigada pelo seu trabalho.

Profa. Maria Aparecida Azevedo Pereira da Silva, FEA/Unicamp

■ O Mandarin 2

Não é a primeira vez que esse tipo de notícia me incomoda. É, porém, a primeira em que me predisponho a contestar. Acho desairosa a forma como o senhor J. Adhemar de Almeida Prado, meu "tio" por afinidade e primo de meu pai, é tratado nos textos de vocês – como se tivesse sido um espertalhão que doou o terreno à Unicamp visando tão somente a valorização imobiliária de suas terras!

Mesmo que assim fosse, ele doou, não doou? E viabilizou uma notável universidade. (...) E de mais a mais, homens de negócio fazem

negócio o tempo todo mesmo, é normal para eles. Ainda mais para alguém que era banqueiro, fazendeiro, dono de haras – o Rio das Pedras (que recebeu Elizabeth II aí em Campinas e criou os maiores craques do Brasil), acionista de grandes empresas, não é?

Eu fui criada num desses haras, o Jahu, um paraíso. Lá os empregados tinham assistência médica gratuita, incluindo cirurgias, remédios, transporte, moradia. Suas casas não eram pocilgas, mas casas de gente morar.

Bem, esses eram outros tempos, que talvez vocês não tenham conhecido. Estão perdoados. Porém, por favor, não falem dessa forma do tio Adhemar (e também não do tio Nelson). É injusto. Eu convivi com eles de maneira próxima, semanal, nos haras, nos natais e nas férias de 30 dias em Araçatuba, à beira da piscina, fazendo passeios de avião, pois havia de vez em quando o passeio das crianças (sozinhas com o piloto), tudo muito leve e divertido. Sem diferenças entre pobres, médios e milionários. Foi lá que eu aprendi. Obrigada.

Rita Telles

(Nota: Para maior compreensão do leitor, eis o texto a que se refere a sra. Rita Telles: "Em 1966, Zeferino procurou seu velho amigo João Ademar de Almeida Prado, fazen-

deiro e rico industrial do ramo de geladeiras, que botou Zeferino num jeep e levou-o a uma vasta planície para os lados do distrito de Barão Geraldo, vizinha da famosa fazenda Santa Genebra, onde um século atrás o barão Geraldo de Rezende recebia o imperador Pedro II e seu séquito. O Napoleãozinho ficou encantado com o que viu: um extenso canavial entre fofas colinas, o solo quase vermelho sob as ramas verdes dos flamboyants, sibipirunas e paus-ferros. Um lago deixava-se ver, quase edênico, entre as folhagens. O lugar ficava a oito quilômetros do centro urbano de Campinas. Convicto, disse: "Será aqui!". Com a concordância de Almeida Prado – que, sagazmente, transformaria o entorno num grande negócio imobiliário – a gleba foi desapropriada pelo valor simbólico de 1 cruzeiro.)

■ O Mandarin 3

Prezado jornalista e "unicampiano" que nasceram com a Unicamp ou que em qualquer momento de suas vidas passaram por ela em quaisquer condições, desde alunos, professores, administradores, funcionários ou ainda fazendo parte do imenso grupo de pessoas que dela se beneficiaram, de inúmeras formas. É gratificante vermos com os olhos de hoje a Unicamp que conhecemos e a que temos. É gratificante lembrarmos da infância de uma Universidade quando por essa época éramos adolescentes na vida. Foi para mim imensamente gratificante voltar à Universidade

como aluno especial há dois anos, com 53 de idade e então renascer, após ter adentrado a Faculdade de Ciências Médicas com dezoito em 1969 e ter nela permanecido por nove anos (RA 690441).

Agora na maturidade, ainda vejo uma Unicamp jovem e então me identifico com esse espírito que significa em termos práticos continuar crescendo. Em nossa irreverência de estudantes a chamávamos "Sítio do Zefa". Sim, parecia um sítio, cercado por plantações de algodão, do magnífico reitor Zeferino Vaz, magnífico em todos os sentidos. Nos orgulharemos sempre dessa Unicamp que nasceu pelas suas mãos e que foi feita pelo esforço de muitos nesses 40 anos.

Mário Eduardo Sucissi

ERRATA

No capítulo 9 de *O Mandarin*, na passagem que diz: "Contam os 'autos da Devassa' que o plano de mudar-se a capital do Rio de Janeiro para Vila Rica, hoje São João Del Rei", leia-se "hoje Ouro Preto".

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor José Tadeu Jorge

Vice-reitor Fernando Ferreira Costa

Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib

Pró-reitor de Pesquisa Daniel Pereira

Pró-reitor de Pós-Graduação Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-reitor de Graduação Edgar Salvadori de Decca

JORNAL DA UNICAMP

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/> imprensa. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Carmo Gallo Netto, Isabel Gardenal, Jeverson Barbieri, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantantii. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcinéia B. de Souza, Edison Lara de Almeida e Hello Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3232-2210. Assine o jornal on line: www.unicamp.br/assinaju